



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DO FUNDEB DE CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas em primeira convocação e quatorze e quinze horas em segunda convocação iniciou a reunião ordinária do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB em formato presencial na Casa dos Conselhos “João Teixeira da Silva Filho” situada à Rua Oliveiros de Souza, nesta cidade, e seguindo a convocação e pauta feitas pelo presidente Acílio Ferreira da Costa Júnior. Estiveram presentes, o procurador municipal, o senhor Cayo Marcus Noronha de Almeida Fernandes, o secretário de fazenda Cláudio Castro de Sá Filho, a assessora Túlia Cristina Alcântara, o secretário de educação Albano de Souza Tibúrcio, a controladoria do município Jéssica Jardim Rodrigues e representando a Comissão de educação da câmara municipal, o vereador Pedro Américo de Almeida e sua assessora. O presidente Acílio iniciou a reunião falando sobre a preocupação do Conselho em se atingir os 70% ao término do exercício financeiro e que o contador do Município, seu Altamiro Francisco de Assis prestou informações acerca dos bimestres analisados. Houve vários questionamentos sobre o ano passado e ao observar que não se estava atingindo os gastos a cada bimestre, foi decidido pelo conselho a realização desta reunião, onde queremos saber qual é a projeção do município, o que se pretende fazer para se atingir os gastos com a educação. O secretário de fazenda Cláudio Castro de Sá Filho afirmou que de janeiro até maio os relatórios que estavam sendo feitos, estavam colocando os funcionários da educação que são profissionais do magistério que vão constar dentro dos 70%. O relatório de despesas pagas mês até novembro sem algumas despesas pagas, o valor de R \$69.136.454,40 (Sessenta e nove milhões cento e trinta seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro e quarenta reais). Considerando o que foi aplicado até o quinto bimestre o valor de cerca de Cinquenta e dois milhões, o que corresponde a 70,22%. E que as férias prêmio totalizaram 400 Mil. A conselheira Gildéia Campos de Souza perguntou se as férias – prêmio poderiam ser pagas dentro dos setenta por cento, no que o secretário Cláudio respondeu que sim, a exemplo do que foi feito no ano passado. Afirmou que isso foi discutido no ano passado e que o valor aplicado no ano passado estava dentro do valor de verba indenizatória. A assessora Túlia Cristina Alcântara ainda disse que o valor de quatrocentos mil não afetaria tanto o cálculo dos setenta por cento. A conselheira Vera Adriana da Silva perguntou sobre um terço das férias no que o secretário disse que as despesas giraram em torno de um milhão e seiscentos mil. A conselheira Jemme Fani Barbosa Castro perguntou se o quinto bimestre estava no sistema, quando foi o presidente Acílio relatou o problema do atraso dos bimestres e que só a partir do mês de outubro. E que o terceiro bimestre foi decidido pela reunião a partir de não prejudicar o município. O secretário da fazenda afirmou que não se deve adotar como regra para análise a não suspensão de aprovação sem que haja indício de irregularidade. No que a conselheira Vera o lembrou de que desde o início do ano foram pedidos os relatórios em tempo hábil para análise e o executivo atrasou os mesmos. A conselheira Gildéia perguntou sobre o ano passado em que se atingiu cerca de 72% e houve aprovação de aporte orçamentário sobrando inclusive da parcela dos 70% do Fundeb. A assessora Túlia disse que em maio houve a realocação dos gastos de profissionais da educação dentro dos 70% e que vários profissionais estavam sendo pagos com recurso próprio dos 25% constitucionais. Gildéia questionou os gastos dos vinte e cinco por cento no que foi respondida pelo secretário Cláudio que houve

um atraso em encontrar uma forma de atender a demanda sobre a ausência de estrutura física, de material nas escolas e etc. Esse projeto de suplementação está dentro da lei orçamentária. O secretário da fazenda explicou que foi necessário o remanejamento de profissionais dos 30% para os 70% e que a câmara municipal achou que estava sendo feito sem autorização legal o que foi explicado. Disse que a folha é muito volátil seja pelas licenças, seja pelos contratos. A conselheira Jemme perguntou sobre a questão de extensões em níveis diferentes de ensino que não havia problema anteriormente e que hoje parece haver um impeditivo. O secretário Cláudio entende que a extensão deveria ser por três meses e não por um ano inteiro que pode representar uma vaga real. Hoje o Tribunal de Contas, fiscaliza a dupla jornada constitucional do professor, se eu tenho a matrícula do servidor no ensino fundamental, ele faz uma extensão para o ensino fundamental e tem a mesma matrícula, se ele adota modalidades diferentes de ensino teria que ser criada outra matrícula. Afirmou que o próprio Conselho notificou o município que o município não estava classificando corretamente o ensino infantil, no que foi solicitada documentação por parte da conselheira Gildéia que afirmou que o CMECL - Conselho Municipal de Educação de Cons. Lafaiete – MG já reiterou o pedido de lei que proíba de forma clara as extensões no município. Os conselheiros deixaram claro serem a favor do concurso público, mas que aguardam uma resposta sobre extensões já que não há uma proibição. A conselheira Gildéia perguntou sobre a possibilidade de deixar uma lei que possibilite o rateio caso seja necessário. O procurador Cayo Marcus Noronha de Almeida Fernandes, disse que há uma discussão jurídica a respeito e que o Tribunal de Contas de Minas é favorável e o Tribunal de Contas da união é contra e que enquanto não houver definição, ele acredita que qualquer pagamento nesse sentido, é temerário. O secretário afirmou que hoje o município não tem necessidade da mesma. Ressaltou que antes o município não conseguia arcar com as despesas do Fundeb e que a verba do governo federal não repassou as verbas para vários municípios. Também ressaltou que a elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual tentou ser feita com a maior participação e que não houve retorno esperado. A conselheira Jemme que falta conhecimento de como pedir e do processo em si de elaboração, maior divulgação. Claudio disse que existem projetos para o ano de 2023, como reforma da SEMED, construção de uma escola no bairro Siderúrgico, reforma de mais escolas. Claudio mencionou os planejamentos da LOA, da nova lei de licitações e das metas do plano municipal e nacional da educação, assim como evitar “problemas de estimacão” necessitando de uma gestão participativa. A conselheira Jemme discorda no ponto em que a gestão das escolas denúncia, faz ofício, requer. A conselheira Gildéia pontuou que o CMECL - Conselho Municipal de Educação de Cons. Lafaiete – MG tem visitado as escolas a fim de detectar as prioridades no município e que muito se deve a questões de licitações que geralmente é o argumento do executivo. No que foi apoiada pela conselheira Aline Gama Vicente Pereira que não concorda em culpar as escolas pela situação das mesmas. A Controladora Geral do município Jéssica Jardim Rodrigues disse que nessas discussões fica se procurando apontar um responsável sem encontrar soluções. Quando é feito o planejamento, às vezes as pessoas esperam acabar para fazer o pedido e isso atrasa o planejamento. A conselheira Gildéia ainda citou a questão do cartão alimentação deveria ter 100 estabelecimentos credenciados. O procurador Cayo afirmou que são 100 estabelecimentos na região. A empresa que gerencia o cartão é a que tem a obrigação de fazer a cobrança do estabelecimento e garantir o que está no contrato. O presidente Acílio tomou a palavra e retomou a questão do Fundeb. O ano passado houve um problema interno do conselho e houve atrasos na apuração dos bimestres. No início deste ano

ocorreu um problema com a empresa que repassava os dados. Na época, o conselho enviou ofício para ajuizar ação contra a empresa prestadora de serviço e só tivemos resposta do mesmo através de uma audiência pública em que o Doutor Cayo nos informou de ter tomado providências. Acreditamos que o conselho deve falar para o executivo, daí o pedido da controladora geral que representa o controle interno do município estar nessa reunião. Entendemos que um planejamento para atingir as metas em 2024 se faz necessário. Se havia metas nos outros anos deveria ter sido investido nas reformas das escolas, na demanda necessária para ser atendida. A participação da união será elevada de forma gradual: em 2021 começou com 12%; passando para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; e 23% em 2026. Segundo o site da Confederação Nacional de Municípios demonstra uma estimativa de receita de 2022, com impostos, de 73 milhões de verba do Fundeb, que é um valor maior que o do ano passado e que ao debater o mesmo com seu Altamiro questionamos a questão das férias - prêmio porque no tribunal de contas de Minas gerais entende que é vedado pagamento das mesmas usando os recursos do Fundeb para se atingir os setenta por cento tendo em vista o caráter indenizatório. Se fosse caso de substituição aí o contratado seria pago dentro desse percentual. Citamos ainda o curso de formação realizado pelos especialistas em Gestão Pública Municipal Márcio Silva e Rosana Cláudia da Silva Gonçalves do Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP e que questionamos os mesmos sobre tal fato sendo orientados que as férias prêmio deveriam ser pagas dentro dos 30%. Há ainda um entendimento do tribunal de contas que os psicólogos deveriam ser pagos dentro dos 30% (trinta por cento) e não nos 70%. Diante de todos esses apontamentos ficamos em dúvida sobre a aprovação dos bimestres não sendo um mero capricho deste conselho. Ressaltamos a responsabilidade e cobrança quando a função do fundeb é diminuir as desigualdades entre as redes de ensino. Há professores que pesquisam as diferentes verbas e nos questionam sendo que o Fundeb é para a valorização do profissional da educação. A gestão atual do Fundeb buscou o diálogo e essa reunião é uma conversa com o executivo. O secretário da fazenda disse que esclarecer dúvidas faz parte do controle social e que dentro do mavs siope se pode rejeitar as contas, mas questiona a decisão de pedir uma reunião a fim de aprovação sem nada irregular no relatório. Também esclarece que o município não foi prejudicado, embora houve atrasos que não são responsabilidade do conselho no início do ano. Temos que aprovar o quarto, para enviar o quinto e analisar o sexto bimestre para relatório final do Fundeb sendo que há um diagnóstico dos gastos. E que sempre o município aplicou a valorização do profissional da educação. O conselho recomenda um planejamento para os outros anos devido ao aumento da participação da verba federal e que analisará os próximos bimestres. Após a reunião geral, os conselheiros aprovaram o parecer sobre a prestação de contas do Plano de Ações Articuladas (PAR) da Secretaria Municipal de Educação de Conselheiro Lafaiete, ano referência 2018 e decidiram adiantar a reunião ordinária do dia 28 de dezembro para o dia 21 de dezembro em função dos festejos de fim de ano. Nada mais havendo a tratar eu, Acílio Ferreira da Costa Júnior, presidente, lavrei, a presente ata que lida e achada conforme será aprovada.. Estiveram presentes os seguintes membros:

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 de novembro de 2022

NOME	SEGMENTO		
------	----------	--	--

Adriana Rosária Henriques Bernardo	Conselho Tutelar	Falta	titular
Mara Cristina de Souza	Conselho Tutelar	Falta	suplente
Jemme Fani Barbosa Castro	CME	Presente	titular
Aline Gherardi	CME	Falta	suplente
Édila Shirley de Almeida Campos	Diretores das Escolas Municipais	Presente	titular
Lucimar de Almeida Simão	Diretores das Escolas Municipais	Falta	suplente
Vera Adriana da Silva	Organizações da Sociedade Civil	Presente	titular
Graziela Peixoto	Pais de Alunos das Esc. Públicas Mun.	Falta	titular
Vanderlúcia Aparecida da Costa	Pais de Alunos das Esc. Públicas Mun.	Falta	titular
Waltair Vasconcelos Sobrinho	Pais de Alunos das Esc. Públicas Mun.	Falta	suplente
Acilio Ferreira da Costa Júnior	Professores das Esc. Públicas Municipais	Presente	titular
Amaro Ivanilton Braga	Professores das Esc. Públicas Municipais	Falta	suplente
Gildéia Campos de Souza	Professores das Esc. Públicas Municipais	Presente	suplente
Liamara Fontes da Silva Verdolim	Professores das Esc. Públicas Municipais	Falta	titular
Fernando Patrício Gonçalves	Rep dos Estudantes das Esc. Públicas Mun.	Falta	suplente
Rosemayre Diogo de Souza	Rep dos Estudantes das Esc. Públicas Mun.	Falta	titular
Aline Gama Vicente Pereira	Rep. das Escolas do Campo	Presente	suplente
Maria Aparecida Justo Filha	Rep. das Escolas do Campo	Falta	titular
Karine Cristina da Silva Martins	Rep. das Escolas Quilombolas	Falta	suplente
Luciene Aparecida de Rezende Vasconcelos	Rep. das Escolas Quilombolas	Falta	titular
Joana D'arc de Souza Dias	Secretaria Municipal de Educação	Falta	titular
Lívia Cristine de Carvalho Fernandes	Secretaria Municipal de Educação	Falta	suplente

Mauro Junior Morais de Oliveira	Secretaria Municipal de Educação	Falta	suplente
Moises Mota da Silva	Secretaria Municipal de Educação	Falta	titular
Adriele da Silva Costa Donato	Servidores Técnicos Administrativos	Falta	titular
Eldirene Ribeiro de Rezende Lellis	Servidores Técnicos Administrativos	Falta	suplente

Conselheiro Lafaiete, vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois.